



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

EDNA MARIA DO NASCIMENTO SANTOS

**IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO
SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCG CAMPUS CAMPINA
GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

EDNA MARIA DO NASCIMENTO SANTOS

**IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO
SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCG CAMPUS CAMPINA
GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Relato de experiência) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social Área de concentração: Educação Superior.

Orientador: Prof^a. Ma. Alcione Ferreira da Silva

CAMPINA GRANDE - PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237i Santos, Edna Maria do Nascimento.

Implicações da pandemia para o estágio curricular em serviço social na assistência estudantil da UFCG Campus Campina Grande [manuscrito] : relato de experiência / Edna Maria do Nascimento Santos. - 2022.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Alcione Ferreira da Silva, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Estágio Supervisionado. 2. Pandemia Covid-19. 3. Serviço social. 4. Assistência estudantil. I. Título

21. ed. CDD 378

EDNA MARIA DO NASCIMENTO SANTOS


**IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM
SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCG CAMPUS
CAMPINA GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Relato de experiência de ESTÁGIO
apresentado ao Curso Serviço Social
do Centro de CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
bacharela em serviço social

Área de concentração: Educação
Superior

Aprovado em: 22/07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Alcione Ferreira da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.ª Mônica Barros da Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Ass. Social Severina Irenê Tomaz Ferreira Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial aos meus amados pais: Ana e Everaldo, ao meu querido esposo Ronaldo, a minha amada filha Kaline, minhas irmãs: Edjane e Erica, aos meus sobrinhos: Samuel e Davi Fernando, e a todos que de forma direta e indireta contribuíram para que este momento se concretizasse. Aos meus pais,

pelo amor companheirismo e incentivo,
DEDICO.

“Se estamos em constante evolução,
nunca estamos totalmente prontos. Mas,
isso não pode ser uma desculpa para
adiarmos nossos sonhos...Acredite em si e
vá em frente.”

Pérsio Cordeiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| AETICS | Auxílio Emergencial as Tecnologias da Informação e Comunicação |
| AEA | Auxílio Emergencial de Acolhimento |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| EAD | Educação à Distância |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| NAI | Núcleo de Acessibilidade e Inclusão |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| PNAES | Plano Nacional da Educação Superior |
| PRAC | Pró Reitoria de Assuntos Comunitários |
| PAEG | Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação |
| SAMU | Serviço de Atendimento Móvel de Urgência |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informação |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UEPB | Universidade Estadual da Paraíba |
| UFCG | Universidade Federal de Campina Grande |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: O DIREITO À PERMANÊNCIA | 9 |
| 3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE | 13 |
| 4. O SERVIÇO SOCIAL NA UFCG CAMPUS CAMPINA GRANDE..... | 15 |
| 5. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO | 18 |
| 5.1 Estágio supervisionado I..... | 19 |
| 5.2 Estágio Supervisionado II | 19 |
| 5.3 Estágio Supervisionado III: reconstruções de caminhos frente à Pandemia..... | 22 |
| 6 - IMPACTOS DA PANDEMIA NO COTIDIANO INSTITUCIONAL E NO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO | 25 |
| 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 29 |
| REFERÊNCIAS | 31 |

IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCG CAMPUS CAMPINA GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Edna Maria do Nascimento Santos¹

RESUMO

No presente Relato de Experiência, objetivamos sistematizar a experiência vivenciada durante o componente curricular Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado na Assistência estudantil da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, no município de Campina Grande-PB, com enfoque nos impactos vivenciados em decorrência da Pandemia do Coronavírus. Metodologicamente, este trabalho se configura como um relato de experiência, com abordagem qualitativa e de natureza descritiva, exploratória e bibliográfica. Consideramos que a experiência de estágio nos permitiu uma maior aproximação com a atuação profissional do assistente social, desse modo, nos foi possibilitado apreender e compreender o cotidiano da instituição, suas principais demandas, o uso de instrumentos e técnicas usadas pelas assistentes sociais, bem como vislumbrar alguns dos desafios enfrentados pelas assistentes sociais da UFCG no tocante à demanda dos estudantes que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica, sendo esta, uma expressão da questão social. A partir do relato aqui sistematizado, indicamos como a pandemia impactou a formação acadêmica de modo a rebater diretamente na realização do estágio curricular, impondo fortes rebatimentos de ordem objetiva e subjetiva.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado, Pandemia, Serviço Social, UFCG.

ABSTRACT

In this Experiences Report, we aim to systematize the experience lived during the curricular component Supervised Internship in Social Work, held in student assistance at the Federal University of Campina Grande-UFCG, in the municipality of Campina Grande-PB, focusing on the impacts experienced as a result of the Coronavirus Pandemic. Methodologically, this work is configured as an experience report, with a qualitative approach and of a descriptive, exploratory and bibliographic nature. We consider that the internship experience allowed us to get closer to the professional performance of the social worker, thus, it was possible for us to apprehend and understand the daily life of the institution, its main demands, use of instruments and techniques used by social workers, as well as. To glimpse some of the challenges faced by social workers at UFCG regarding the demand of students who are in situations of socioeconomic vulnerability, which is an expression of the social issue. From the Report systematized here, we indicate how the pandemic impacted academic training in order to directly affect the completion of the curricular internship, imposing strong objective and subjective repercussions.

Keywords: Supervised Internship, Pandemic, Social Work, UFCG.

¹ Edna Maria do Nascimento Santos. Graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (Campus I) email: edna.nascimento@aluno.uepb.edu.br

1.INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de curso intitulado *Implicações da pandemia para o estágio curricular na UFCG campus I: relato de experiência*, faz referência ao estágio curricular desenvolvido na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Sede na cidade de Campina Grande-PB, transcorrido no ano de 2019 e interrompido no mês de março de 2020, em função da Pandemia do Coronavírus, no qual todas as atividades acadêmicas foram paralisadas, na perspectiva de conter o avanço do vírus SARS-CoV-2 causador da doença covid-19.

No primeiro semestre de 2020 os casos aumentavam consideravelmente, o que ocasionou milhares de mortes em todo país e o adiamento do retorno das atividades universitárias de forma presencial, resultando assim, na impossibilidade de reingresso ao estágio curricular III.

Todavia, faz-se necessário mencionar, que, com a impossibilidade de consumir o TCC com a temática que estávamos compondo, a qual versaria sobre o sistema de cotas, enfatizando o acesso e a permanência dos estudantes na UFCG, uma vez que precisaríamos estar em campo de estágio para aplicação de questionários com alunos e ter embasamentos através de documentos da referida instituição, surge o interesse pela temática. Desse modo, como relevância, é impreterível destacar que as assistentes sociais estiveram à frente do combate aos impactos da Pandemia, executando ações para viabilizar a garantia do acesso ao direito à permanência à educação.

Metodologicamente, o presente trabalho possui um caráter exploratório, pois se buscou maior familiaridade com o problema. Adotamos a perspectiva qualitativa, que, segundo Minayo (2009, p.21), "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes". A pesquisa bibliográfica, a qual também utilizamos, "[...] é sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão", conforme elucidam Fernandes e Gomes (2003, p.13). No tocante ao método de análise, utilizamos o método crítico dialético, uma vez que ele "fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da sociedade" (GIL, 2017, p.14).

Dito isto, ressaltamos que o nosso relato se encontra dividido em cinco seções. A primeira seção intitulada de *assistência estudantil no ensino superior: o direito à permanência* apresenta um breve histórico sobre a assistência estudantil no Brasil, enfocando do seu nascedouro, na década de 1930, ao caminho que indicou seu fortalecimento com a Constituição Federal de 1988.

A segunda seção aponta o contexto histórico: da Universidade Federal de Campina Grande e contextualiza a história dessa instituição, denotando um percurso que demonstra que ela foi desmembrada da Universidade Federal da Paraíba, possuindo, atualmente, sete campus com cursos de destaque nacional, os quais são bastante requisitados pelos estudantes, estabelecendo-se, assim, enquanto uma universidade de grande relevância para a sociedade paraibana e brasileira.

A terceira seção denominada de *o serviço social na UFCG, campus Campina Grande* apresenta seu histórico, estrutura, a qual se vincula as principais demandas. A quarta seção, por sua vez, aponta para a experiência de estágio supervisionado I e II, realizado de forma presencial no ano de 2019, tendo sido suspenso no ano de 2020. Além disso, destacamos o estágio supervisionado III: reconstruções de caminhos frente à pandemia.

Por fim, evidenciamos, na quinta seção, os impactos da pandemia no cotidiano institucional e no desenvolvimento do estágio, momento em que apresentamos os impactos da pandemia no cotidiano institucional que intensificou as dificuldades do exercício profissional. Apontamos as estratégias para o enfrentamento dos desafios postos no campo do estágio curricular, construídos pelo curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e indicamos impactos objetivos e subjetivos enfrentados pelos sujeitos envolvidos diretamente na referida disciplina, destacando que a construção da Assistência Estudantil foi desafiada a refazer-se no contexto da Pandemia, impactando o cotidiano dos profissionais, estudantes e estagiários do Campus de Campina Grande. Observamos que o avanço da assistência estudantil segue sendo um desafio, bem como sua centralidade na busca por estratégias para o acesso ao direito à permanência, ponto que ficou destacado em tempos de aprofundamento de crises, como durante a Pandemia do novo Coronavírus.

Dessa forma, vale salientar que o objetivo geral deste relato de experiência foi caracterizar os impactos da pandemia da Covid-19 no estágio curricular supervisionado a partir da nossa vivência enquanto estagiária no setor de Serviço Social da UFCG campus Campina Grande.

2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: O DIREITO À PERMANÊNCIA

Pensar a realização do estágio supervisionado e compreender os impactos que a Pandemia trouxe, requer que consideremos a constituição histórica e as características gerais da Assistência Estudantil, campo no qual se inseriu nossa vivência de estágio e que configura uma série de ações que objetivam fortalecer a permanência no Ensino Superior, direito este que foi confrontado com novos desafios, sobretudo, na pandemia, haja vista as implicações no processo teórico-prático de aprendizagem e formação profissional acarretadas no período pandêmico.

Nesse sentido, como requisito do Estágio Curricular I, nos aproximamos desse debate, o qual, a seguir, apresentamos em linhas gerais como contribuição para futuras (os) estagiárias (os) desse campo.

A história da Educação Superior Brasileira se entrelaça com a história da política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior. Deste modo, faz-se necessário uma abordagem das duas temáticas para melhor explanação do tema. Conforme (BOTTONI et al., 2013)

Durante o período em que os cursos superiores começaram a ser implementados no País, a educação brasileira passou por diversas mudanças. A proposta inicial seria a de termos aqui universidades similares àquelas encontradas em Portugal; no entanto, a estrutura social da colônia, além de distinta, via na educação um modo de ascensão, voltada principalmente à elite; portanto, colocando a classe popular de lado (BOTTONI et al, 2013, p.24).

Historicamente, sabe-se que, as primeiras Instituições de Ensino Superior do Brasil iniciaram-se influenciadas por modelos europeus sob influência da Igreja católica e do Estado. O modelo Jesuítico de educação no qual os estudantes eram vistos como passivos e receptivos, suscitava uma educação para atender os filhos da

elite, jovens favorecidos economicamente. Nesse sentido, de acordo com Bortolanza (2017)

O ensino superior no Brasil nasceu no modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante (engenharia militar e medicina aplicada) em faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, contemplam muitas distorções e, ainda hoje, são constantemente questionadas do ponto de vista estrutural e de funcionamento. As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o ensino superior no Brasil (BORTOLANZA, 2017, p.2).

O período após a Primeira Guerra Mundial, finalizada em 1918, intensificou a necessidade do ensino superior brasileiro, uma vez que o desenvolvimento econômico do País passou a exigir a inclusão da pesquisa (BOTTONI et al, 2013). Foi, então, na década de 1920 que se iniciou a criação de universidades no Brasil. De acordo com Bottoni et al (2013) surge, uma inquietação política, na qual se aponta que a simples importação do conhecimento não edificaria um saber adequado, tampouco responderia ao anseio do País.

Já em 1929, foi criada, no Rio de Janeiro, a Casa do Estudante, designada a prestar assistência aos alunos. Segundo Araújo (2007, p.23), “a casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes”. Conforme o mesmo autor, em 1937 a União Nacional dos Estudantes (UNE) passou a ter sua sede administrativa na Casa do Estudante para proporcionar uma assistência mais direta e efetiva aos discentes que dela necessitassem.

No ano de 1931, sob o decreto nº19.851, o Estado reconheceu a Assistência Estudantil, e passou a regulamentar ações de assistência aos estudantes de institutos de ensino superior, englobando a concessão de bolsas de estudos e de serviços de assistência médica e hospitalar. Cabe destacar que:

[...] estas Universidades pioneiras detinham caráter elitista, instaladas em cidades que ocupavam significativa importância na economia do país e não acatava outras discussões que não estivessem no âmbito do tripé dos primeiros cursos existentes, ou seja medicina, direito e engenharia (ARAÚJO 2017 apud OLIVER 2022, p.648).

A Assistência Estudantil foi incorporada à constituição de 1934 e nela foi estabelecida que fossem aplicados os fundos destinados à educação “em auxílios aos alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934), prestando apoio aos alunos “carentes/necessitados”.

Com a Constituição Federal de 1946, houve a consolidação das ações de assistência estudantil que foi tornada obrigatória para todos os sistemas de ensino, conforme consta no art.172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p).

Já em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro, inseriu a Assistência estudantil como direito para todos os alunos que dela precisam e não mais como uma ajuda aos “necessitados”, trazendo um título exclusivo referente à Assistência Social Escolar (PINTO et al 2015).

De acordo com (PIANA, 2009, p.66), “a partir de 1964, com o início da ditadura militar, o debate popular arrefeceu, entretanto, o Estado ampliou o sistema de ensino, inclusive, o superior. Assim, criaram-se agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação”. Conforme Bottoni et al, (2013),

Com a queda do regime democrático (Golpe Militar) em 1964, a educação nacional entrou em uma fase de retrocesso. As universidades brasileiras perderam valor no período considerado ditatorial; a pouca voz que essas instituições haviam conseguido até então foi silenciada. O Golpe Militar queria desarticular e reprimir o movimento estudantil. A UnB foi fortemente atingida, e, em 1965, seu campus foi invadido [...]. Como consequência, importantes lideranças do ensino superior foram expulsas, e as universidades do setor privado começaram sua expansão, sobretudo a partir de 1970 (BOTTONI et al, 2013 p.30).

Segundo Pinto et al, (2015, p. 3), em 1970 foi criada a Diretoria de Assistência Estudantil, mas nesse período “não houve avanços referentes à assistência estudantil devido à ditadura militar, pois o regime era resistente à classe estudantil que, em sua maioria, era contrária ao regime militar”, dessa forma, ocasionando retrocesso para a Assistência Estudantil.

A expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público. A universidade pública expandiu-se no período compreendido entre 1930 e 1970, desse período até os dias atuais as políticas mercantilistas do ensino superior fortalecem o setor privado (ZAGO, 2006, p.8).

Para aprofundar o debate sobre a Assistência Estudantil e mediar a articulação entre as instituições, os Pró-reitores de Ensino Comunitário e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criaram, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que tinha como objetivo principal fortalecer as políticas de assistência estudantil das universidades federais, uma vez que, até a década de 80, poucas ações estavam sendo realizadas.

Observando o cenário, consta-se que a educação superior brasileira conta com grande atuação por parte dos estudantes, no Brasil temos, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937. Conforme Menezes (2001) a UNE é uma entidade representada por estudantes do ensino superior, que lutam pela educação de qualidade, pela democracia, justiça social, interferindo assim em temas de relevância para a sociedade em geral, desse modo, para que haja qualidade na educação é necessário que os estudantes tenham acesso à programas da assistência estudantil e lutem por mais vagas de acesso e permanência.

Neste enquadramento, de acordo com a LDB (2017, p. 8), no título II *dos princípios e fins da Educação Nacional*, em seu artigo 2º, explana-se que: “a educação é dever da família e do Estado onde o educando deve aprender e desenvolver”. Já a Lei 9.394/96, no artigo 53, inciso III *no exercício de sua autonomia*, assegura às

universidades as seguintes atribuições: estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão. Desta forma, aponta para a igualdade de condições, uma vez, que as Universidades podem estabelecer planos, programas que permitam condições de estudo, vida e moradia para os estudantes que necessitem de contrapartida da universidade.

Todavia, conforme alega Piana (2009), desde os anos 90 vem havendo precarização no ensino superior, isso se dá por conta da política mercantilista que se instaurou no país, política considerada como injusta e excludente, o que ocasiona muitas vezes a falta de investimentos. Assim, com a crescente privatização do ensino superior ocorre uma desvalorização da educação pública.

Em meio às contradições postas a destacar o avanço do ensino privado, o Governo Federal criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº 39, de 12 de dezembro de 2007, a qual "considera a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais" visando a necessidade de um olhar mais atencioso para as diferentes regiões do país, com ênfase na qualidade de vida dos estudantes do ensino superior.

À guisa dessa circunstância, em 2008, a expansão do ensino superior contou com o REUNI, que buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Sua meta audaciosa era dobrar o número dos alunos de graduação em dez anos. Mediante esse propósito, é considerável que para cumpri-lo, emerge a necessidade dos programas de assistência estudantil para que os discentes possam concluir o curso.

De acordo com o Decreto de 19 de julho de 2010:

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (PNAES, 2010 p. 1).

Conforme Santos et al (2020), em 2012 ocorreram mudanças significativas na assistência estudantil, advindas das mudanças de perfis dos estudantes, direcionadas pela lei de cotas sociais (Lei nº12.711/2012). Isso se justifica, pois, com a implantação do sistema de cotas, a entrada de estudantes economicamente vulneráveis era uma realidade crescente nas universidades federais do País, requerendo, em meio a uma realidade fortemente impactada pelos ditames do neoliberalismo, o fortalecimento de ações que subsidiem a permanência das (os) estudantes.

Pode-se, assim, destacar a importância da Assistência Estudantil e a relevância dos profissionais que nela atuam. Nesse sentido, no próximo ponto abordaremos a história da Universidade Federal de Campina Grande, onde fomos confrontados diretamente com as demandas postas pelas múltiplas faces dos caminhos que percorrem a busca por permanência e conclusão de um curso superior, objetivo frontalmente impactado pela Pandemia do novo coronavírus.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é uma instituição pública de ensino superior, que está localizada no bairro de Bodocongó, em Campina Grande, cuja distância da capital João Pessoa gira em torno de 120 km.

Originada pela lei nº. 10.419 de 09 de abril de 2002, a ideia sobre a criação da UFCG foi efetivada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Sua fundação se deu por volta de 1952, quando foi criada a Escola Politécnica de Campina Grande e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955). Nesse interim, A UFCG efetivou-se em 2002, por consequência da alta demanda de estudantes de nível superior vindo para a “Rainha da Borborema”.

Diante desse quadro, instaurou-se a necessidade de criar um campus com sede no próprio município, por este motivo, o conselho universitário/órgão máximo deliberante foi favorável ao desmembramento da UFPB, transformando o campus II da UFPB, em UFCG. O campus II já contava com uma estrutura multicampi, com unidades acadêmicas e estruturas administrativas nas cidades de: Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, oferecendo 29 cursos de graduação e 8 programas de pós-graduação, com 13 mestrados e 9 doutorados. No ano de sua fundação, em 1952, a UFPB ofertava 1.570 vagas de ingresso em seu processo vestibular. Conforme a proposta de criação da UFCG (1996)

A Comissão de Desmembramento realizou estudos e debates em todos campus da UFPB, concluindo, após 8 (oito) meses de trabalho, haver “indicativos favoráveis que apontam para a viabilidade da criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir apenas do Campus II”. Em seu Relatório Final, assinala-se que “no campus II e que se localizou o interesse em se desmembrar da UFPB, constituindo-se uma nova Universidade Federal na Paraíba”. E ainda que: no campus II “foi possível detectar uma boa aceitação à ideia da criação da UFCG, fortemente fundamentada ‘na infraestrutura predial administrativa, laboratorial e acadêmica instalada e na capacidade de superação das adversidades pelo desempenho dos Centros de Ensino do Campus II (UFCG, 1996, p.6).

Ainda de acordo com a proposta de criação da UFCG (1996), o relatório apontou que a instituição já se valia de identidade própria, que motivou o desmembramento, o qual só ocorreu em reconhecimento do ensino de excelência e qualidade, não só por seu espaço físico, e por sua estrutura, mas por se destacar pelo padrão de qualidade, expressos nos quesitos de ensino, extensão e produção acadêmico-científica, com o intuito de garantir pesquisas de alto teor social, buscando sempre a qualidade do ensino superior.

Conforme a PRAC (UFCG, 2018), a instituição possuía, no ano de 2018, 7 campus universitários em que cada um deles leva o nome de sua cidade. Contabilizam-se 11 centros de ensino, 77 cursos de graduação, 47 programas de pós-graduação (com 34 mestrados e 13 doutorados). Somatizam-se 16.971 alunos na graduação e 3.288 alunos na pós-graduação (sendo 2.423 mestrandos e 865 doutorandos), além disso, ofertando 4.685 vagas de ingresso na graduação por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU).

De acordo com dados obtidos pelas assistentes sociais no período letivo de 2020.1, foram realizadas 14.386 matrículas e dessas 3.304 eram de alunos ingressantes. No período 2020.2 foram realizadas 13.175 matrículas, sendo que 1.475 eram ingressantes. Já no período 2021.1 só obtivemos informações quanto ao número de ingressantes que totalizaram 3.094 discentes.

Localizado em Campina Grande, o campus I possui cinco PRÓ-Reitorias com sede das Pró-Reitorias de todo o campi: Pró-Reitoria de Gestão e Adm.-Financeira (PRA), Pró-Reitoria de Ensino (PRE), Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC). Ligada a à PRAC está a Coordenação de Apoio Estudantil (CAE), a qual o serviço social está vinculado e presta assessoria como órgão de operacionalização na execução de atividades e serviços.

A PRAC/CAE é composta pelos seguintes setores: o núcleo de serviço social, o núcleo de assistência à saúde, setor de psicologia, setor de esportes, e setor de nutrição. Ela desenvolve os programas de auxílio moradia, restaurante universitário, residência universitária e do PAEG. Criado em 2021, a PRAC conta com o NUTAE que é composto por técnicos em assuntos educacionais, os quais prestam orientação pedagógica aos discentes da UFCG.

O restaurante universitário é destinado ao oferecimento de refeições aos estudantes, cadastrados nos programas da PRAC, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Através do referido programa os estudantes têm a garantia de consumir refeições de qualidade, as quais são supervisionadas por nutricionistas, visando a qualidade de vida dos estudantes.

O auxílio moradia, por sua vez, é um programa que paga aos estudantes economicamente vulneráveis a quantia de R\$400,00 reais, a fim de garantir a permanência dos discentes de graduação oriundos de municípios distintos do campus, dessa forma, visando a conclusão do curso pelo aluno contemplado.

O PAEG é um programa que disponibilizava no ano de 2019 cerca de 2.000 bolsas na instituição no valor de R\$350,00 até o término do curso, não sendo possível a acumulação desse programa com outros.

Já a residência universitária, especificamente no campus Campina Grande, era composta por apartamentos alugados e mobiliados pela UFCG, para alunos que não têm condições de se deslocarem diariamente até a universidade, esse público, em sua maioria, são estudantes que possuem residência em outros estados ou em cidades distantes de Campina Grande.

Acerca dos setores existentes: o setor responsável pelos esportes oferece aos discentes a prática de esportes, lazer e jogos universitários. A psicologia, por seu turno, oferece suporte aos estudantes que apresentarem algum distúrbio psíquico/mental durante o decorrer do curso. O setor de nutrição faz o acompanhamento e fiscalização para a garantia das refeições de qualidade quando o restaurante universitário está em funcionamento. O núcleo de assistência à saúde, por sua vez, oferece serviços de saúde. Tudo isso, a fim de garantir a conclusão do curso em tempo regular, levando aos estudantes e comunidade acadêmica, saúde e qualidade de vida (UFCG, 2018).

Deveria haver, simultaneamente, cooperação com todas as instâncias de poder, e demais instituições de ensino, a fim de que fossem preservados a defesa dos direitos humanos de qualquer cidadão, bem como a solidariedade, o cuidado com o meio ambiente e a promoção da paz, para assim, propiciar o ensino buscando uma formação cada vez mais eficiente, com profissionais de diversas áreas, extremamente capacitados expandindo seus conhecimentos para o mercado de trabalho, e para toda a comunidade no geral.

Nos governos de Luiz Inácio da Silva de (2003 à 2010) e Dilma Rousseff (2011 à 2016), se tinha como finalidade para a educação a criação de novas universidades públicas, e concessão de bolsas para alunos de baixa renda em instituições de ensino superior privada. No entanto, no cenário atual, de acordo com Heringer (2021), não

houve uma expansão no ensino superior, durante os dois anos do governo Bolsonaro, o que há é uma direção oposta de expansão de políticas para a educação superior. Partindo desse pressuposto, é imprescindível maiores investimentos por parte do governo federal, para que, a produção acadêmica seja capaz de converter-se em políticas públicas, com o intuito de enfrentar as desigualdades.

Conforme o MEC (2010)

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (MEC, 2010, p.1).

Nesse sentido, o serviço social da UFCG tem um papel fundamental para a assistência estudantil, por realizar diversas tarefas e atendimentos para os estudantes da universidade, visando a inserção e permanência dos estudantes nos programas da PRAC/CAE. Dessa forma, passemos, então, para a discussão sobre o Serviço Social na UFCG Campus Campina Grande.

4. O SERVIÇO SOCIAL NA UFCG CAMPUS CAMPINA GRANDE

O quadro do serviço social é composto por servidoras efetivas que atuam na UFCG: três para o campus Campina Grande, e uma assistente social para cada campus estão vinculadas à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários-(PRAC). O setor de serviço social da UFCG tem uma equipe composta por assistentes sociais e assistentes administrativos. O trabalho é realizado em conjunto com os núcleos de psicologia, núcleo de assistência à saúde e o complexo desportivo – utilizado para a garantia da qualidade de vida e aprendizagem dos estudantes nos cursos oferecidos pela UFCG, como uma forma de amenizar as necessidades físicas e mentais dos estudantes durante a permanência em programas que fazem parte do Plano Nacional de Educação/PNAES.

Sobre as atribuições do núcleo de serviço social, destacamos: Elaborar, implementar, executar, e avaliar planos e projetos nos programas de assistência estudantil junto a à UFCG. Além disso, é de sua incumbência realizar encaminhamentos, e prestar orientação social a estudantes, grupos e à Comunidade Acadêmica em geral, no sentido de identificar recursos na defesa de seus direitos (UFCG-PRAC, 2018). Por essa perspectiva, o trabalho como um todo é feito de uma forma que o usuário seja acolhido pelo setor e seja escutado, tendo suas demandas encaminhadas para uma possível resolução dos problemas. À guisa dessa circunstância, Souza Neto (2018) destaca que:

O serviço social, enquanto setor que atua diretamente sobre a política de assistência estudantil e com a comunidade acadêmica, em especial os discentes, possui as seguintes atribuições: Elaborar, executar e avaliar políticas de assistência Estudantil junto a UFCG; Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito de atuação do serviço social com participação da comunidade acadêmica da UFCG; Encaminhar providências, e prestar orientação social a estudantes, grupos e a comunidade acadêmica em geral; Orienta indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos atendimento e na defesa de seus direitos; Planejar executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto a UFCG. Realizar

estudos e encontros socioeducativos com os residentes, bem como socioeconômicos para fins de benefícios na iminência de atender a demanda acadêmica (Carta de CG citada por SOUZA NETO, 2018, p.4)

Tendo em vista tal pressuposto, observou-se que, no estágio, as principais atividades foram: o acolhimento, a elaboração da folha de pagamento dos benefícios, a guarda e o arquivamento do material interno, o controle das correspondências e documentos internos e externo, como também a avaliação sócio econômica dos postulantes às vagas de auxílio moradia, auxílio permanência, alimentação e transporte, dentre outros. Frente a esse cenário, são realizadas reuniões de acolhimento de informação para prestação de contas, nas quais os estudantes devem comprovar que estão cumprindo todos os requisitos para permanência nos programas e serviços oferecidos pela UFCG.

Diante da conjuntura de precarização e tentativa de desmonte das universidades públicas, o PNAES vem a cada ano sofrendo cortes, por este motivo, verifica-se a diminuição da oferta de suporte financeiro para aqueles que estejam inseridos em um contexto de vulnerabilidade social, como também dos estudantes que precisam permanecer na cidade para estudar, e que possuem baixas condições socioeconômicas. Souza Neto (2018) afirma que

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades de superdotação (SOUZA NETO, 2018, p.5).

Diante desse pressuposto, o serviço social é o setor responsável pela realização da seleção socioeconômica dos estudantes, no intento de conceder o parecer social de indeferido ou deferido, de acordo com informações viabilizadas por documentos que comprovem a situação de renda, de moradia, de acesso à saúde do estudante e do seu grupo familiar. Sendo assim, para eleger os estudantes é feita uma seleção através de análise de todos os cadastros que chegam ao setor. Contudo, a falta de documentação, ou até uma omissão em prestar dados ou renda, pode acarretar na desclassificação do candidato.

Nesta conjuntura, ascende uma problemática: a profissão lida com a dualidade entre o aumento da procura por programas pelos estudantes e um número de vagas que não acompanha o crescimento da demanda real. Sobre isso, Souza Neto (2018) declara que

a difícil realidade socioeconômica de grande parte da comunidade discente no campus de Campina Grande demonstra a necessidade de um conjunto cada vez maior de serviços e ações que promovam a melhoria das condições de permanência dos alunos na universidade e a consequente conclusão dos cursos no qual estão matriculados, visto que são altos os índices de desistência, trancamento e abandono dos cursos, e isso se deve em grande medida a fatores como: desigualdades econômicas, precarização da formação básica, dificuldades cognitivas, problemas didático-pedagógicos na relação professor-aluno, altos índices de reprovação na mesma disciplina, sobretudo do currículo básico, agravamento das patologias relacionadas à saúde mental, entre outros (SOUZA NETO, 2018, p.29).

No que diz respeito às ações do serviço social, pode-se dizer que elas se referem ao atendimento a estudantes em demandas agendadas ou espontâneas,

sejam para tirar dúvidas sobre respectivos programas e serviços oferecidos pelo setor, ou mesmo para atualizar algum dado cadastral ou bancário.

A recepção dos alunos ingressantes na instituição é um evento realizado pela PRAC. Na acolhida, os estudantes recebem informativos sobre o serviço social, sobre a assistência estudantil e demais serviços prestados pela Instituição. Na oportunidade, se conhecem as assistentes sociais do setor, com o objetivo de que vínculos sejam formados, barreiras institucionais entre alunos e profissionais sejam enfrentadas, com a intenção de acolher bem os alunos que chegam à UFCG.

Por diversos motivos, nem todos os cursos e alunos que são convidados participaram do evento de recepção dos novatos. Em meio a isto, e sabendo da importância dos esclarecimentos apresentados acerca da assistência estudantil, as coordenações dos cursos convidaram o setor de serviço social para se fazer presente para um encontro com os ingressantes, a fim de que fosse realizado um encontro socioeducativo entre alunos e assistentes sociais. Além desses, o setor de psicologia também se fez presente na maioria desses encontros.

No que se refere à atuação do serviço Social frente à assistência estudantil, destacamos a Residência Universitária cujas vagas são preenchidas por estudantes de outras cidades, e de outros Estados, para que alunos tenham condições de morar e se manter na cidade a qual a instituição pertence.

Para o bom e pleno funcionamento das residências universitárias é primordial que sejam realizadas visitas domiciliares, aos apartamentos para comprovar se o que foi acordado com os síndicos e com a universidade estava sendo mantida e respeitada por partes dos estudantes. Essas visitas são feitas pelas assistentes sociais no intuito de garantir o bem estar entre os estudantes que dividiam o apartamento, bem como apaziguar conflitos se assim tivesse ocorrido. Além disso, intenciona-se verificar o zelo dos imóveis e objetos comprados para os apartamentos pela UFCG.

Ao observar o trabalho das assistentes sociais da PRAC -UFCG, identificou-se que a atividade desenvolvida com mais frequência foi a análise dos cadastros socioeconômicos, a fim de realizar um parecer social, levando em consideração a situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pelo estudante e por seu grupo familiar – ofício esse vislumbrado como de suma importância para o processo seletivo que acontece semestralmente.

No que diz respeito à observação da avaliação socioeconômica, o estágio supervisionado fornece suporte para que o estagiário possa observar o trabalho do profissional e aproximar-se das técnicas utilizadas, propiciando oportunidades de aprender como fazer relatórios e parecer social levando em consideração as informações prestadas pelos estudantes no relato familiar ou no questionário socioeconômico.

Parte das ações realizadas foram a observação de atividades socioeducativas e recepção dos estudantes no curso de engenharia elétrica, bem como de eventos que têm a participação do serviço social e dos estudantes. Nesse sentido, foi de grande proveito para aprender sobre dinâmicas de grupo, para serem usadas posteriormente, seja em início ou acolhimento de qualquer reunião ou evento. Essa apreensão se deu, pois, na experiência de estágio foi utilizada pelas assistentes sociais a dinâmica intitulada; “sentimento”, cujo intuito era engajar e motivar os estudantes presentes.

No estágio supervisionado I, a observação dos momentos de acolhimento aos estudantes, se constituíram como espaço de importante aprendizagem, a destacar aqui os que foram selecionados para a residência universitária. Este momento, projetado e executado pela PRAC/CAE, contou com a interprofissionalidade dos

servidores para dar informes aos estudantes, com a finalidade de deixá-los a par de direitos e deveres como residentes, para além de tecer esclarecimentos sobre o funcionamento da PRAC e das residências.

Observamos que houve excelente participação e engajamento de todos. Estavam presentes a pró-reitora da PRAC, o setor de serviço social, o setor de psicologia, o setor de esportes e lazer e o setor financeiro. As dinâmicas realizadas, se constituíram como técnicas importantes, a fim de acolher da melhor forma possível os estudantes em um momento de fortes expectativas suscitadas a partir do ingresso na instituição. Os estudantes relataram ao final do encontro sua sensação e emoção ao se sentirem verdadeiramente acolhidos.

O semestre 2019.1 foi de grande aprendizado. O conhecimento adquirido na observação do exercício profissional das assistentes sociais foi proveitoso para aprofundarmos nosso conhecimento acerca da educação superior, como também sobre os instrumentos, entrevista e o sigilo profissional, fortalecendo, assim, nossa apreensão sobre a instrumentalidade no Serviço Social.

No tocante ao estágio supervisionado, seguimos observando uma aprendizagem dinâmica e bastante proveitosa acerca do exercício profissional. Nesse sentido, passemos a relatar nossa experiência de estágio diretamente vinculada à Assistência Estudantil, refletindo como ela foi impactada pela Pandemia do novo Coronavírus.

5. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

De acordo com o regimento dos cursos de graduação da UEPB (2015)

O estágio é um componente curricular que objetiva o aprendizado e habilidades profissionais, promovendo a articulação entre teoria e prática. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória podendo ser realizado na modalidade obrigatório e não obrigatório, [...] A duração do estágio na mesma Parte Concedente não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (UEPB. Regimento de graduação, 2015, p.15).

Conforme preconiza o Projeto Político Pedagógico do Curso, no curso de serviço social o estágio curricular supervisionado possui três momentos, cada um realizado em um semestre, a saber: o estágio curricular I, em que é realizada a observação do exercício profissional. O estágio supervisionado II, que é norteado pela participação nas atividades institucionais, elaboração de projeto de intervenção ao qual pode ser acrescido o de pesquisa. E, por fim, o terceiro e último semestre de estágio, caracterizado pela realização do(s) projeto(s) anteriormente escrito(s). Diante deles, percebe-se que os componentes curriculares do curso serviram de embasamento para a compreensão do exercício profissional, bem como para uma melhor interlocução entre a teoria e a prática.

Por fim, voltando-nos para o contexto da UEPB, esclarecemos que, no curso de serviço social, os estágios são ofertados na forma presencial, visando a garantia de aprendizagem e excelência da formação profissional. Sobre esse contexto, pode perceber no decorrer do curso a grande procura por campos de estágios nas áreas de saúde, previdência e judiciário, por este motivo, geralmente é feito sorteio pelo campus para inserir os estagiários.

5.1 Estágio supervisionado I

Durante a realização do Estágio Supervisionado I, no período de março a junho de 2019, ocorreu nossa inserção no campo de estágio, tendo como característica a observação, a partir da qual pudemos compreender e aprender a prática através da contemplação das atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais. Mediante essa prática, foi possível nos apropriarmos melhor da política setorial, compreendendo sua própria construção sócio-histórica. Para além disso, pudemos realizar a caracterização do campo de estágio e a apreensão instrumental técnico-operativo que compõe o trabalho das assistentes sociais que nos acompanharam na supervisão de campo.

Foi um momento no qual compreendemos, conforme preconiza Brasil (2008), que o estágio supervisionado é um componente curricular que, de modo especial, promove a articulação entre teoria e prática, sob a supervisão de um docente acadêmico e um profissional supervisor de campo. Partindo desse pressuposto, ressaltamos que é de suma importância a observação do agir profissional para que a prática seja colocada em execução, tendo como parâmetro as informações adquiridas na observação realizada no estágio supervisionado I.

Diante deste enquadramento, é importante destacar que o estágio supervisionado em Serviço Social está inserido no Projeto Político-Pedagógico e configura-se como uma atividade curricular obrigatória, instituído pelas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), bem como “na resolução nº. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que trata, especificamente, da supervisão direta” (BABIUK, FACHINI, 2015, p.2).

Por essa perspectiva, cabe afirmar que o estágio é um espaço de aprimoramento de estudos e técnicas. Babiuk e Fachine (2015) acrescentam:

A supervisão de estágio vem trazendo grandes contribuições no processo de formação do Assistente Social e propicia ao aluno/a estagiário/a um momento de aproximação com a ação profissional. Assim, o/a estagiário/a é possibilitado a realizar análises críticas, desvelar fenômenos e as expressões da questão social que emergem cotidianamente nos campos sócio ocupacionais, onde os profissionais estão inseridos. O estágio supervisionado em Serviço Social foi inserido na grade curricular como disciplina obrigatória em 1996, com as Diretrizes Curriculares, assim, configura-se como um elemento essencial para plena formação profissional. A discussão acerca dessa disciplina, elencado ao processo de formação do aluno e às contribuições que tal processo pode trazer aos/as assistentes sociais supervisores/as de campo, é urgente. Com o estágio supervisionado, as instituições tornam-se um espaço rico para a formação profissional e atualização dos profissionais (BABIUK, FACHINI, 2015, p.1).

Sob esta perspectiva, nos voltamos inicialmente à compreensão da dinâmica institucional na qual se insere o trabalho das assistentes sociais. Dito isto, apresentamos, em linhas gerais, o estágio supervisionado II.

5.2 Estágio Supervisionado II

No estágio Supervisionado II, que aconteceu no segundo semestre de 2019 e que tem como característica central a participação mais direta do estagiário no cotidiano profissional, fomos chamados a atuar juntamente com as assistentes sociais

nas atividades desenvolvidas pelo núcleo de Serviço Social, podendo já prestar informações aos estudantes, conferir a documentação dos cadastros, atender o telefone do setor, realizar panfletagem e visita domiciliar junto com as assistentes sociais dentre outras atividades, a partir das quais pudemos nos apropriar melhor da indissociabilidade entre a dimensão investigativa e interventiva.

Foram também realizados atendimentos de escuta aos estudantes, junto ao núcleo de psicologia, e, entrevistas com estudantes que descumpriram as regras para permanência nos programas da assistência estudantil. Nas falas desses sujeito era notória a preocupação em serem desligados dos programas, uma vez que, com os valores recebidos dos programas, estavam ajudando a custear as despesas em suas famílias. Destacamos, ainda, que ficaram latentes nos relatos a dificuldade que eles tinham com disciplinas desde o Ensino Médio e os problemas familiares, fatores que implicam no desenvolvimento de problemas de aprendizado. Desse modo, foram realizados encaminhamentos de alunos para o acompanhamento com o psicólogo e para programas de transferência de renda, conforme cada caso.

Tendo em vista que já podíamos participar da dinâmica do trabalho das assistentes sociais, a cada dia, no campo de estágio, reafirmávamos a excelente oportunidade que o Estágio II oferece para o amadurecimento profissional dos estudantes/estagiários, porque, as assistentes sociais nos ensinavam, a partir de suas experiências, como desenvolver as atividades que nos foram propostas. Desse modo, aprofundamos a oportunidade de compreendermos e experimentamos a importância da organização da documentação no setor para o cotidiano profissional.

Foi notório que, nos períodos da abertura de um edital da assistência estudantil, aumentava-se, exponencialmente, a demanda de trabalho no setor. Frente ao setor, foi montada uma escala com as estagiárias para verificar se os estudantes estavam entregando a documentação correta, para que poucos cadastros tivessem o indeferimento por falta de documentação. Assim, foi realizada a conferência junto com o estudante para ver se estavam todos os documentos. Caso estivesse faltando algum, eram feitas as orientações sobre a necessidade e sobre os meios para providenciá-lo.

Como os lançamentos dos editais para os programas da assistência estudantil acontecem semestralmente, a maior demanda do Serviço Social era a análise dos cadastros, para emissão de parecer socioeconômico dos estudantes cadastrados. As assistentes sociais realizavam a análise dos cadastros de forma clara e objetiva, levando em consideração os indicadores socioeconômicos e todas as informações dos cadastros; a falta de uma documentação poderia levar o indeferimento provisório até que, no prazo de recurso, o estudante apresente a documentação. Caso isso não ocorresse, permanecia como indeferido, e o estudante abria um processo no SEI e anexava o documento faltante no cadastro. A partir daí, era novamente reavaliado pelas assistentes sociais, trabalho demorado e minucioso, mas de grande importância para o processo.

Assim como os supervisores de campo, o estagiário tem atribuições, dentre as quais está o posicionamento investigativo, crítico e interventivo, que deve vislumbrar a construção de conhecimentos coletivos “que solidifique a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social” (PNE/ABEPSS,2009, p.20).

Outra atividade desempenhada no Campo de estágio foi a produção do Manual prático para o SEI, na qual foi realizada a digitalização de modelos de documentação exigidas nos editais. Essa tarefa foi realizada para alcançar melhoria na compreensão

dos estudantes, pois ao visualizarem quais documentos e quais páginas eram as corretas, não anexariam mais as páginas erradas, o que acontecia com bastante frequência. A carteira de trabalho, por exemplo, é um documento que os estudantes enviam, muitas vezes, com a paginação incorreta. Por isso, pensando nessas e em outras questões, foi feita essa digitalização da documentação. Quando os cadastros vinham de forma correta e organizada, demandou-se menos tempo para a avaliação, facilitando a compreensão da situação socioeconômica, bem como, redução de indeferimento por falta de documento. Por este motivo, foi de suma importância para o trabalho do assistente social os processos tornarem-se digitais com o SEI.

Duas ações de ricas oportunidades foram realizar visitas domiciliares nas residências universitárias, e mobilizar os estudantes a fim de convidar os residentes para a reunião sobre a nova eleição de seus representantes. Nesse momento, houve o esclarecimento de dúvidas pelos estudantes que trouxeram também reivindicações. Na oportunidade, ocorreu orientações para que suas queixas fossem formalizadas e apresentadas na assembleia que estava próxima acontecer. As assistentes sociais informaram que, para a reunião, era necessário que os residentes do apartamento se juntassem para ler e debater o regimento da residência universitária.

Outra ação, da qual participamos ativamente, diz respeito à campanha setembro amarelo que a UFCG e a PRAC promoveram, mobilizando os núcleos e setores de psicologia, nutrição, esportes e Serviço Social, através dos quais se realizou o dia de prevenção ao suicídio e de promoção a vida. Para que este evento acontecesse, foi necessária intensa mobilização e articulação dos funcionários e estagiários dos núcleos, convidando, orientando e entregando folders aos estudantes sobre as atividades que foram realizadas ao longo do dia, motivando-os a participarem da palestra com a psiquiatra. Nesse dia, também realizamos a entrega de laços amarelos no portão de entrada da universidade como mecanismo de divulgação da campanha. Nesse momento, ficou evidenciada a problemática em torno da saúde mental no Ensino Superior, pois percebemos o crescimento no número de alunos que relataram adoecimento mental.

Diariamente, no núcleo de Serviço Social, são realizados atendimentos em livre demanda com escutas aos estudantes e, a partir das conversas, são realizados os encaminhamentos necessários para que o estudante retome sua rotina de estudo e tenha melhores condições de vivenciar sua vida acadêmica.

Em algumas dessas conversas ou acolhimentos, se o Serviço Social não puder resolver de imediato, o setor entra em contato com o setor ou órgão responsável para tomar as medidas cabíveis. Assim, o estudante será orientado sobre o melhor caminho a ser seguido para que seu problema seja esclarecido, enfrentado, ou sanado, no mais breve possível.

A participação nesses momentos reafirmou minha percepção sobre o compromisso das assistentes sociais para com as demandas dos estudantes. Percebi que elas não medem esforços para tentar dar uma solução ao que buscam os estudantes. Dessa maneira, foi satisfatório ver os estudantes serem bem acolhidos, havendo uma boa interação e reciprocidade entre aqueles sujeitos e as profissionais de Serviço Social.

Esses momentos foram vivenciados de forma significativa e muito proveitosa, sendo possível compreender, na prática, o que vemos nos componentes curriculares em sala de aula, podendo, assim, realizar uma análise crítica das situações nas quais estão inseridos os profissionais de Serviço Social, bem como, os usuários que procuram os serviços prestados pelo setor.

O Estágio II deixou, ainda mais visível, o compromisso e a dedicação das assistentes sociais da UFCG, seja na orientação social dos discentes, seja na execução e avaliação dos programas e projetos que estão vinculados à assistência estudantil e ao núcleo de Serviço Social.

Essas e, uma série de outras, atividades, nas quais fomos inseridas no Estágio II, contribuíram significativamente para que pudéssemos nos apropriar frente à dimensão interventiva de forma propositiva. Além disso, contribuíram para a construção de um projeto de pesquisa, do qual decorreria nosso TCC. A princípio nossa proposta era acerca da cobertura proporcionada pela Assistência Estudantil aos estudantes cotistas, no Campus Campina Grande. Todavia, com a Pandemia do Corona Vírus, que motivou a suspensão das aulas e o trabalho presencial na UFCG, os planejamentos realizados no Estágio II precisaram ser modificados. Desse modo, na seção a seguir, discutimos sobre o Estágio Supervisionado III, etapa mais esperada por nós estudantes, mas que não aconteceu em razão da pandemia.

5.3 Estágio Supervisionado III: reconstruções de caminhos frente à Pandemia

O Estágio Supervisionado III em Serviço Social ocorreria de março a junho de 2020, mas não foi possível, por conta da pandemia que já tinha se instaurado no mundo inteiro. O Sars-Cov-2 se alastrou rapidamente e foi necessário a suspensão de aulas presenciais em todos os níveis de educação, bem como, a realização do trabalho remoto pelos serviços considerados não essenciais, tudo para conter a disseminação do vírus e preservar a vida das pessoas. Por este motivo, creches, escolas, institutos federais e universidades paralisaram suas atividades a princípio por 15 dias.

O MEC, em março de 2020, por meio da Portaria nº 343 decidiu substituir as aulas presenciais por aulas em meio digital, enquanto durasse a pandemia do novo coronavírus (UEPB, CONSEPE 2020). A princípio, a UEPB não aderiu ao ensino remoto, só depois de várias reuniões do Colegiado Pleno foram retomadas as aulas, mas estas, só podiam acontecer de forma online, nas modalidades síncrona e assíncrona. A partir de julho de 2020, as aulas online começaram a acontecer para os estudantes da UEPB. Já para os estágios supervisionados, a Resolução UEPB/CONSEPE/0229/2020 considerou que cada curso deveria decidir e deliberar sobre a volta dos estagiários aos campos de estágios.

Art. 7º A critério dos Colegiados de Curso, ouvidos os/as docentes responsáveis, e com anuência da PROGRAD, os Estágios Supervisionados de cursos de bacharelado e licenciatura poderão ser desenvolvidos por meio de atividades não presenciais, observados o Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada Curso, resoluções e pareceres dos CEE e/ou CNE, bem como a legislação pertinente de cada campo de atuação profissional. Parágrafo único. Não sendo possível o desenvolvimento das atividades práticas sem riscos à segurança de estudantes, técnico(a)s e docentes, com a anuência do Colegiado de Curso, docentes poderão elaborar plano para a ministração não presencial dos conteúdos teóricos ou práticos, ficando ainda a possibilidade de complementação dos conteúdos práticos, para o retorno das atividades presenciais (UEPB/CONSEPE/0229/2020).

Desta forma, os departamentos, as coordenações de cursos e os centros acadêmicos se reuniram para deliberar e tomar uma posição perante a nova proposta sugerida. Com isso, alguns cursos da UEPB decidiram pela retomada das atividades

de estágio supervisionado, mesmo que de forma remota. Entretanto, o curso de Serviço Social decidiu pelo não retorno, uma vez que, de modo geral, foi analisado em conjunto com outras IES e entidades representativas da profissão que, essa prática em tempo de pandemia, estaria abrindo precedentes para um ensino na modalidade EAD. Analisou-se que essa modalidade traria fortes impactos negativos à formação, estando, ainda, em discrepância com a defesa do estágio de qualidade e obrigatoriamente presencial.

De igual modo, foi levado em consideração a inviabilidade da modalidade presencial frente à inexistência da vacina. Nesse sentido, a decisão acompanhou o preconizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS sobre o estágio remoto, avaliado como:

Desconfiguração do Estágio Supervisionado, uma vez que o processo de Supervisão supõe a relação entre os três sujeitos Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiário/a e Supervisor/a de Campo. Ou seja, a realização bilateral do processo não se configura como Estágio. Neste sentido, ratificamos o acúmulo construído coletivamente pela categoria na construção das Diretrizes Curriculares de 1996 e, no que se refere à compreensão acerca do Estágio, na Política Nacional de Estágio que explicita claramente as atividades de estágio como: [...] um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão (ABEPSS, 2020, p.276).

Para a tomada da decisão, o curso de Serviço Social da UEPB levou em consideração a nota referente ao estágio supervisionado que a ABEPSS publicou, ratificando a suspensão do estágio em tempo de pandemia para a manutenção e para garantia da vida de todos os envolvidos no processo, ademais, para prezar pela qualidade do estágio supervisionado.

Contudo, considerando o precário quadro dos espaços sócio-ocupacionais, ainda que medidas institucionais sejam tomadas e que o acompanhamento seja feito pelo/a Supervisor/a de Campo, o atendimento das demandas decorrentes à contenção da pandemia, pode ocasionar o não resguardo dos direitos dos/as discentes, principalmente o não resguardo da sua condição de saúde. Entendemos assim, que este resguardo precede a qualquer acúmulo de conhecimentos que possa ser agregado na formação profissional dos/as estagiários/as (ABEPSS, 2020, p.277).

Com o avanço dos semestres e da vacinação, a realidade objetiva impôs a necessidade de reavaliação sobre a retomada dos estágios, que foi construída coletivamente no percurso do semestre letivo 2021.1. Para tanto, ouviu-se o corpo discente sobre: como estava a vacinação dos estudantes, se tinham pendências fora TCC e estágio, se os mesmos desejavam voltar para o campo de estágio, se se consideravam em condições de voltar e se coabitavam com pessoas do “grupo de risco”.

A maioria dos discentes não estava com a imunização completa, relatando que o espaço físico do estágio não estava preparado, levando-se em consideração as normas sanitárias vigentes a impossibilidade de estarem na cidade de realização do estágio, visto que, durante a pandemia, muitos voltaram às suas cidades de origem. Por estes motivos, dentre outros, o curso de Serviço Social, mais uma vez, manteve-se contra a volta presencial dos estágios, estando em acordo com a ABEPSS:

Neste sentido a ABEPSS ratifica a Resolução CFESS nº 533/2008 que em seu Art. 2º, parágrafo único, define que: Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnica do exercício profissional do assistente social (ABEPSS, 2020, p.277).

Como já se havia transcorrido dois semestres letivos, com a suspensão do estágio supervisionado dos discentes, observou-se crescente e preocupante retenção, diante da qual se colocou a necessidade de novas respostas objetivas. Nesse sentido, foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso e, posteriormente, aprovado em reunião departamental, um documento que, apontou a volta do estágio supervisionado, levando em consideração as especificidades, a vontade do aluno em voltar ao campo de estágio a aprovação dos supervisores de campo em aceitar a volta dos discentes, mesmo que de forma remota. De acordo com o documento, *Proposta de diretrizes gerais para a oferta de estágio obrigatório em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19 (2021)*, o Estágio Obrigatório III, no qual estamos matriculados, dar-se-ia da seguinte forma para os alunos concluintes:

I - Conversão da carga horária de atividades da disciplina de estágio supervisionado III (165h) em: I.I – Realização de reunião remota com os supervisores acadêmicos e de campo, para comunicação sobre a decisão departamental acerca da conversão da carga horária em outras atividades acadêmicas e formalizar o encerramento das atividades em campo; I.II – Realização/participação em um Seminário de estágio, a ser realizado no final do semestre letivo em curso, que reunirá todos os campos de estágio, estagiários, supervisores acadêmicos e de campo, professores pesquisadores das políticas, para discussão dos desafios do trabalho em tempos de pandemia, refletindo as experiências dos profissionais participantes (proposta mais detalhada a ser elaborada pelo NDE); I.III – Elaboração de um relatório final de estágio, que incluía, além da sistematização das experiências nas disciplinas de estágio I e II, também a síntese das condições de encerramento do estágio e do atual cenário do espaço sócio ocupacional campo de estágio, pensando os desafios do tempo presente para o exercício e formação profissional, incluindo a síntese da experiência do Seminário sobre estágio a ser realizado (UEPB/NDE, 2021, p.12).

Nesse sentido, foi realizada no dia 27 de setembro de 2021, de forma online, uma reunião entre estudantes, supervisores de campo e acadêmicos para formalizar o encerramento das atividades referentes ao Estágio III, mas também, como o propósito de dialogar sobre os desafios encontrados no trabalho remoto. O curso de Serviço Social realizou dois dias do seminário "*Serviço Social e Estágio em tempos de pandemia*" um deles nesse dia, com o tema Seminário Serviço Social em Tempos de Pandemia com o objetivo de apresentar os impactos do contexto da pandemia pelo Coronavírus para a formação profissional e para o estágio em Serviço Social, ministrado pela prof.^a Dr.^a Joseane Soares da Universidade Federal de Sergipe.

No dia 28 de setembro de 2021, foi dada continuidade ao seminário com uma roda de conversa com o tema "*Os impactos da pandemia no trabalho profissional*" que contou com a participação de assistentes sociais supervisores de campo do estágio supervisionado do curso de Serviço Social da UEPB. As supervisoras de campo

relataram suas experiências no trabalho remoto, os desafios e os impactos da pandemia no exercício profissional. Após participação no Seminário, de igual modo, como parte da carga horária, realizamos a escrita do Relatório de Estágio.

Para alunos que estavam matriculados no Estágio I e II, ficou indicado aguardar o semestre seguinte para retornar às atividades, haja vista a expectativa em torno do avanço da vacinação para esse público. Ficou, também indicada, a redução da carga horária. De acordo com a UEPB (2021), o documento afirma que

I – Oferta de estágio prioritariamente na modalidade remota, enquanto durarem as condições de insegurança sanitária; II – Redução da carga horária geral de estágio em 33% (de 495 horas para 330 horas, que deverão diluir-se em dois semestres letivos, respectivamente estágio I (165 horas) e estágio II (165 horas). III – Considerando a regulamentação do ensino remoto emergencial na UEPB, orienta-se que esta carga horária seja cumprida respeitando as atividades síncronas e assíncronas (que serão contabilizadas a partir das supervisões e atividades realizadas com o supervisor de campo e acadêmico), que não devem ultrapassar 50% da CH total. IV - Substituição de carga horária de campo por atividades de sistematização diversas (síncronas e/ou assíncronas) a serem orientadas pelos supervisores, a partir da elaboração pelo NDE de diretrizes para realização do estágio remoto. V – Considerar outras atividades (como extensão, PET, etc.) possíveis de serem contabilizadas para carga horária de estágio, desde que sejam diretamente relacionadas ao trabalho do assistente social e aprovadas pelo NDE; VI – Considerar a possibilidade de estágio presencial na forma de exceção, desde que todos os envolvidos estejam vacinados com as duas doses, estejam de acordo com o desenvolvimento das atividades presenciais e cumpram os protocolos de segurança, em que se inclui o uso de EPIs disponibilizados institucionalmente. VII - Na captação de vagas de estágio no atual cenário, considerar a possibilidade de ampliação de campos em outros municípios do estado. VIII - Reuniões do NDE com os/as supervisores/as e representação estudantil para elaborar coletivamente os planos de estágio e diretrizes para supervisão e desenvolvimento dos estágios remotos. IX - Realização de formação coletiva para supervisores acadêmicos, de campo e estagiários acerca da realização do estágio excepcionalmente na modalidade remota. X - Realizar reuniões com as turmas de estágio após aprovação destas medidas para comunicá-las e instruí-las continuamente (UEPB,2021, p.13).

Diante do que já foi exposto até o momento, vale ressaltar que, a Pandemia trouxe diversas perdas no sentido da aprendizagem acadêmica, tanto para professores/supervisores quanto para discentes/estagiários, e, na UFCG, não foi diferente. Todavia, indicaremos a seguir os impactos da Pandemia para a instituição na realização do estágio curricular em Serviço Social.

6 - IMPACTOS DA PANDEMIA NO COTIDIANO INSTITUCIONAL E NO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

As mudanças ocorridas no Estágio, conforme relato do ponto anterior, estiveram direcionadas pela realidade concretamente posta pela Pandemia em nível global, trazendo impactos diretos a todos os sujeitos do estágio. A pandemia mudou a realidade global por completo. Ocasionado por sua gravidade, o isolamento social, trouxe à tona vários desafios ao nosso cotidiano, a exemplo do exercício profissional do serviço social, haja vista que o trabalho foi submetido a um ofício *home office*.

No cenário pandêmico, profissionais estão vivenciando um adoecimento mental nas equipes, constatado a partir do aumento nos números de ansiedade e

depressão. Aliada a essa problemática, há, em determinadas situações, uma pressão/coação por parte das instituições e uma precarização no que se refere aos cuidados contra COVID-19, retratado por assistentes sociais que voltaram ao trabalho e relataram que para ter acesso aos EPIs tiveram que se impor e exigir, pois não eram considerados profissionais da linha de frente, fato esse que gerou muitos conflitos entre assistentes sociais e outras categorias profissionais.

Para Menezes, Martilis e Mendes (2021, p. 56) “no home office, acentuam-se: a indefinição de horários de trabalho, a invasão da privacidade do trabalhador, a superexposição de sua imagem”. Sem contato físico com colegas, com usuários e com o ambiente de trabalho, surgiu uma realidade que gerou desconforto e desafios na adaptação ao universo das mídias digitais para todos os profissionais. Em casa as crianças estavam proibidas de frequentarem as escolas, parques e áreas comuns. Os pais, por sua vez, tinham que adequar suas casas a um ambiente propício ao trabalho remoto, para assim, conciliar trabalho com afazeres do lar, ocasionando um aumento demasiado da jornada de trabalho (MENEZES; MARTILIS; MENDES, 2021).

A cada dia intensificaram-se as dificuldades e o desgaste emocional das famílias. Os (as) estudantes muitas vezes sem concentração nas aulas remotas, almejavam a volta à normalidade o mais rápido possível, mas a pandemia seguia sem enfrentamento adequado e sendo potencializada pelos atos ou ausência de ações do governo federal no Brasil.

Enquanto esperança de solução, a vacinação da população caminhava em passos lentos. Novas variantes já se encontravam registradas no país, com isso, o medo e a insegurança de uma nova onda de contaminação se expressava, junto ao temor de vislumbrar mais vidas perdidas. Imersos nessa realidade de receios, os docentes ainda se encontravam “abarrotados de trabalhos para corrigir, mensagens de e-mails e aplicativos, fóruns de ambientes virtuais e outros para dar conta” (MENEZES; MARTILIS; MENDES, 2021, p.43), assim, tanto os professores, quanto os supervisores acadêmicos, os assistentes sociais e os supervisores de campo, tiveram que secundarizar os temores que se instaurava para se recriar, adaptando-se aos novos espaços e condições de trabalho.

Nessas condições, na modalidade *home office*, as assistentes sociais utilizam: e-mail, Meet e lives, para a realização de entrevistas, reuniões de acolhimento, tudo que exigisse o contato com outros sujeitos. Assim, essa prática passou a ser executada com maior frequência, na intenção de amenizar o número de evasão através da permanência nos programas, mesmo diante de cortes nos orçamentos destinados para a assistência estudantil. Frente a esse panorama, acreditamos que se faz necessário ampliar ações para além das demandas postas ao serviço social, na busca de promover a aproximação com os estudantes.

Mediante essa realidade, aqui se faz evidente, mais uma vez, a importância da Assistência Estudantil, bem como sua fragilidade face aos cortes orçamentários sofridos, traço histórico que lhe caracteriza diante das investidas neoliberais, especialmente em tempos de pandemia. De igual modo, se evidencia a grandeza da atuação profissionais de assistentes sociais frente à Assistência Estudantil em um momento particularmente adverso.

Nesta conjuntura, sem o estágio, nós estudantes, perdemos importantes momentos de aprendizagem sobre o exercício profissional e sobre as mudanças ocorridas na política setorial na qual estávamos inseridos. Foi muito desgastante todo processo vivenciado, uma vez que não pudemos concluir o curso em tempo hábil, não tivemos acesso a livros disponibilizado pelas assistentes sociais, tampouco à

biblioteca universitária e, para além dessas questões, fomos impactados em nossa saúde mental e física.

Um outro fator a ser ressaltado é que a cada novo edital lançado pela UFCG para os programas da assistência estudantil surgia uma inquietação pessoal promovido por várias indagações, as quais exemplificamos a seguir: as inscrições estariam ocorrendo da melhor forma? Os estudantes estavam sabendo inserir a documentação exigida no SEI? Como estava sendo o acolhimento dos novos residentes, dos novos discentes? Por quais impactos eles estariam passando? Essas foram dúvidas que, frequentemente, afligiam.

Na realidade acadêmica, a carga horária do estágio deve ser cumprida rigorosamente pelo estagiário, sob pena de reprovação na disciplina de estágio, uma vez reprovado o diploma será adiado (BABIUK e FACCHINI, 2015, p.4). No entanto, constatou-se que levando em consideração o momento pandêmico mundial, essa postura foi revista sob pena de retenção dos estudantes que tinham pendência em TCC e estágio supervisionado.

Com a retomada do estágio em reunião de formalização de encerramento da disciplina na qual se acordou a necessidade de realização das atividades estabelecidas para conclusão da mesma, as supervisoras de campo propuseram a realização de nova reunião, para que elas pudessem expor e debater mais diretamente com as estagiárias sobre os impactos da pandemia em seu cotidiano profissional. O momento foi de grande importância para nossa compreensão sobre o tema.

Diante da conjuntura supramencionada, foram necessárias ações e estratégias que promovessem a melhoria das condições de permanência dos discentes na universidade para que não ocorresse abandono de curso. -Santos (2021) ressalva que

As estratégias de assistência estudantil, no cenário da COVID-19 que aprofundou as vulnerabilidades socioeconômicas, defrontaram-se com os dois grandes desafios: o aumento das demandas do público atendido e a reorganização institucional para manutenção dos atendimentos neste período, onde a proteção discente se faz ainda mais necessária (SANTOS, 2021, p.3).

A pandemia intensificou o desemprego e trouxe desafios para o serviço social, pois mais alunos estavam vivendo em condições de vulnerabilidade social, aumentando, assim, a demanda de estudantes que procuram os programas de assistência estudantil a cada semestre. Conforme Santos (2021, p.3) destaca, “a autonomia universitária possibilita que essas instituições de ensino elaborem e executem diferentes estratégias de proteção ao direito estudantil, de modo a responder às singularidades inerentes a cada realidade”, nesse sentido, na UFCG observou-se a execução de novas estratégias.

Enquanto estratégia, observamos que foram criados programas como o Auxílio Emergencial às Tecnologias da Informação e Comunicação- AETICs, que custeia a compra de equipamentos e pacotes de internet para que os estudantes participem das aulas síncronas. Além dele, surgiu o programa Auxílio Emergencial de Acolhimento-AEA, um auxílio emergencial para os estudantes que antes da pandemia já participavam de algum programa/auxílio da universidade (cujo valor recebido era a principal, senão a única renda responsável pelo sustento das famílias). Diante dessa realidade, consideramos que tais estratégias foram de suma importância para que os estudantes participassem da nova modalidade educacional.

No tocante aos impactos do exercício profissional, o teletrabalho e o isolamento social reverberaram no distanciamento do setor de serviço social com os colegas da equipe e com outros setores, não só da própria PRAC/CAE, mas da universidade como um todo. Passou-se a haver uma publicização da vida privada, pois os números de telefones pessoais das assistentes sociais eram repassados para os alunos.

A demanda e a procura pela assistência estudantil aumentou, crescendo também a busca dos estudantes por informações e esclarecimentos, muitas vezes em dias e horários inoportunos. Acreditamos que essa adversidade surgiu mediante a falta de disponibilidade, por parte da universidade, de telefones ou outro equipamento para as assistentes sociais. Nesse contexto, segundo Menezes, Colmartilis e Mendes (2021, p. 39) “condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores”, desse modo, as assistentes sociais também não foram contempladas com ferramentas para melhoria do trabalho home office.

Diante de todo esse cenário, houve adoecimento emocional e mental, tanto por parte dos alunos, como das assistentes sociais. Para além disso, existia uma pressão da PRAC e de outros setores sobre o que era ou não atribuição do serviço social, tendo sido necessário pedir apoio ao CRESS para contornar a situação de conflito e esgotamento vivenciada pelas assistentes sociais. Com a mudança da gestão universitária e da pró-reitora da PRAC, o setor de serviço social passou a contar com o apoio da gestão, dialogando e entrando em consenso, promovendo, assim, uma maior compreensão da equipe e uma valorização da gestão pelo trabalho desempenhado pelo serviço social.

Sobre os processos informatizados observamos que, por um lado, eles acarretaram muita burocracia para o acesso às informações, mas, por outro, trouxeram aos estudantes a possibilidade de realizar o cadastramento em qualquer período, podendo realizar alterações nos dados cadastrais assim que houvesse mudança de renda ou na composição familiar. Dessa forma, compreendemos que ocorreu modificações nas metodologias para inserção dos estudantes.

No que tange ao processo avaliativo que o setor de serviço social realiza a cada semestre, compreendemos que a inserção do SEI veio para colaborar na execução de avaliação para os programas visto que, as informações prestadas pelos estudantes estarão fixadas no cadastro, podendo o assistente social ter acesso aos informes ao logar em sua conta institucional e, assim, realizar a avaliação socioeconômica mesmo sem estar em posse da documentação impressa. Isso, de certa forma, facilitou o trabalho, no entanto, o transporte desse material para trabalho em *home office* requer muito cuidado, uma vez que tudo que contém nos processos que estão em posse do serviço social é de sigilo absoluto.

À guisa da realidade exposta, entendemos que ocorreram mudanças que trouxeram melhorias para o setor e para o exercício profissional das assistentes sociais. Foi traçado um plano de trabalho construído coletivamente, no qual se levou em consideração as atribuições e competência do serviço social, haja vista que, em determinadas situações, era requisitado pela PRAC a execução de tarefas que não era da competência das assistentes sociais.

Em relação aos estudantes inseridos nos programas face à pandemia, constatamos que os discentes da Residência Universitária foram pressionados, de modo abrupto, a deixarem os apartamentos e retornarem para sua cidade natal, ocasionando um desgaste emocional nesses sujeitos. Alguns foram contrários e permaneceram nas residências. Com o passar do tempo houve estudantes

contaminados e a PRAC prestou assistência a esses discentes por meio da telemedicina com o médico Osman.

Nesse interim, segundo as assistentes sociais, ocorreu um aumento de estudantes em busca dos programas da assistência estudantil para compra de equipamentos ou para o custeio de internet, visto que muitos estudantes não dispunham de conexão em casa, e os que detinham eram em condições inadequadas para acompanhar aulas remotas, precisando de suporte financeiro para comprar pacotes melhores de internet.

De acordo com Santos (2021)

A falta de acesso a computadores e outros equipamentos, internet, ambiente domiciliar adequado para os estudos, divisão de espaços com outros familiares que, por vezes, também precisa trabalhar e estudar remotamente, além das outras implicações sociais e estruturais aqui já ressaltadas, expressando os desafios relacionados ao gênero e a classe que se acentuam no isolamento, representam barreiras diante da permanência no direito à educação. Deste modo, o ilustrado contexto ressalta, mais uma vez, a necessidade e a urgência da assistência ao estudante por meio de ações que possibilitem ao discente ficar em isolamento social sem que tenha que evadir do sistema educacional. As universidades e institutos federais, possuidoras de autonomia didático-administrativa, veem-se no desafio de responder às acentuadas demandas do contexto social e sanitário de modo a fortalecer a permanência estudantil universitária (SANTOS, 2021, p.7).

Pelo ângulo aqui debatido, compreendemos que o serviço social encara como desafio a ser enfrentado na instituição, o fosso entre a demanda e a oferta de recursos para os programas, pois o corte no orçamento destinado para a assistência estudantil vem avançando substancialmente, valor este destinado para garantia da permanência dos estudantes na universidade, uma vez que, “a assistência estudantil, tem como público discentes com dificuldades econômicas e sociais perante à permanência na universidade”(SANTOS, 2021, p.25). Desse modo, torna-se de suma importância o fortalecimento do debate acerca da importância da inclusão no ensino superior, bem como a permanência dos discentes na universidade.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil é um programa de suma importância para o acesso e permanência dos estudantes, sobretudo, os de baixa renda, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por este motivo, faz-se necessário o debate/a luta para que a assistência estudantil se torne uma política de Estado, uma vez que não atende à demanda que aumenta a cada semestre na UFCG e nas IFES. Com o governo Bolsonaro os valores destinados às universidades públicas vêm decrescendo substancialmente e, conseqüentemente, isso reflete no número de vagas que são ofertados em cada certame disponibilizado pelas universidades.

Estamos vivenciando um descaso com a educação, na qual as universidades públicas que são as responsáveis pela maioria das pesquisas realizadas no país estão cada vez mais sucateadas; O tripé ensino, pesquisa e extensão sofrem conseqüências como: a desvalorização do ensino superior público, bem como, o de profissionais que atuam nas instituições/universidades; a redução de pesquisas realizadas para fins de comprovação científica e a diminuição de acesso e permanência dos estudantes nos programas de assistência estudantil universitária. Por outro lado, percebe-se investimentos e incentivos fiscais maiores para as

instituições de cunho privado, uma vez que é perceptível o número de instituições que surgem a cada ano, em sua maioria, com aulas na modalidade educação à-distância (EAD), o que reforça a valorização do privado em detrimento do público.

Com a UFCG não foi diferente, a cada ano o valor repassado pelo governo federal à universidade vem sendo depauperado, e isso reflete diretamente na universidade como um todo, pois com o desfalque nos recursos, as pesquisas, os projetos e as bolsas da assistência estudantil são ofertados em menor quantidade, ocasionando, assim, seleções cada vez mais seletivas, focalizadas e excludentes.

Partindo desse pressuposto, o serviço social tem papel de suma importância para o acesso dos estudantes nos programas providos pela assistência estudantil, uma vez que a análise da documentação e o parecer social para ingresso nos programas é realizado pelas assistentes sociais da universidade, trabalho árduo, burocrático, seletivo, minucioso, mas que merece ser reconhecido e incentivado pelo tamanho de sua dimensão didático pedagógica.

Destacamos que o estágio supervisionado é de grande aprendizado para a formação profissional, haja vista que as atividades desenvolvidas/elaboradas pelo serviço social servem de subsídio para o agir profissional. Nesse sentido, é imprescindível ter profissionais altamente qualificadas e que sempre buscam conhecimento profissional, que transmitem o conhecimento adquiridos aos estagiários(as), que trabalham ofertando o melhor de si para a equipe, para a instituição, bem como para os alunos, mesmo que o reconhecimento pessoal/financeiro não chegue até eles.

Desse modo, mesmo participando de dois semestres de estágio obrigatório, cujo o terceiro foi interrompido pela pandemia do Covid-19, podemos aprender muito sobre o agir profissional, bem como sobre os instrumentos e técnicas utilizadas pelas assistentes sociais. Além disso, pudemos aprender mais sobre a assistência estudantil, sobre os editais que norteiam cada certame,—e as particularidades do campus Campina Grande. Sendo assim, comprovamos que o estágio em serviço social foi de suma importância para meu aprendizado profissional, pois adquiri conhecimentos e suporte teóricos/práticos que vou levar para a vida e para minha profissão.

Ainda, ressaltamos que a supervisora de campo foi altamente comprometida com o exercício cotidiano e com as questões da ética profissional, demonstrando preocupação em cumprir a data de divulgação dos resultados dos editais, desempenhando sua função de forma que as estagiárias aprenderam o fazer profissional ao observá-la, passando segurança e confiança para as ações que executava, cumpriu com maestria a função de Supervisora de campo.

A supervisora acadêmica, exemplarmente paciente e competente, levava em consideração as particularidades e desafios que estavam sendo vivenciados por cada uma de suas orientandas. Ela prontamente conversava e orientava, indicando leituras que tratavam sobre o tema escolhido. Profissional altamente comprometida e dedicada com a profissão a qual escolheu.

Ratificamos a alegação de Neto (2021) sobre os docentes estarem sobrecarregados de aulas para planejar, trabalhos para corrigir, mensagens, vários ambientes virtuais para dar conta. Com o serviço social não foi diferente, a pandemia acentuou a exaustão vivenciada pelas assistentes sociais da UFCG que estavam trabalhando no formato *home office*, na realização de multitarefas, entrevistas e atendimento para esclarecimento de dúvidas, acarretando, com isso, a invasão das mídias sociais pessoais das assistentes sociais, ocasionando um verdadeiro

transtorno na vida dos profissionais, pois muitas vezes os estudantes procuram os serviços do setor em horário fora do expediente de trabalho.

Para além disso, destacamos o dilema da alta exposição às telas vivenciado também por estudantes que estão dando continuidade ao curso no formato EAD, uma vez que o uso demasiado dos equipamentos digitais traz transtornos à saúde de todos.

Mediante nossa experiência, para além das evidências já expostas, acreditamos que as perdas para os estudantes do estágio curricular foram imensas e perpassadas por dúvidas, desejo de retornar aos estágios, de adquirir novos conhecimentos, de vivenciar os editais da assistência estudantil, de concluir o curso, ou seja, um misto de sentimentos e desafios vivenciados no auge da pandemia do Coronavírus.

No entanto, ainda que imersos nessa circunstância controversa, adquirimos aprendizados significativos para o nosso exercício, uma vez que pudemos contar com profissionais/ assistentes sociais que se esforçaram e se dedicaram ao seu trabalho e aos estagiários. Contudo, isso não apaga o fato já mencionado de que muitas experiências deixaram de ser absorvidas nos estágios devido ao enfrentamento da pandemia.

Ressaltamos que, mesmo sem a pandemia cessar e, com a vacinação acontecendo lentamente, os estágios supervisionados voltaram a acontecer de forma *on-line* e com carga horária reduzida no segundo semestre de 2021. Já no primeiro semestre de 2022, fomos agraciados com o retorno presencial. A partir dessas projeções de tempo e espaço, torcemos para que, em qualquer circunstância, os governantes incentivem e aumentem os recursos para a ciência, educação e saúde, para que possamos projetar dias melhores para a humanidade.

Dito isto, diante do que foi exposto neste trabalho, trazemos como contribuição o registro da experiência vivenciada no setor de serviço social da UFCG, mostrando a imprescindibilidade do fortalecimento da assistência estudantil, uma vez que emerge a necessidade de se tornar uma política de Estado, bem como, reforçar a garantia da qualidade do estágio presencial, e o compromisso das assistentes sociais da UFCG.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Referente ao Estágio Supervisionado no Período de Isolamento Social para o Combate ao Novo Coronavírus (COVID-19)**. Brasília (DF), Acesso em: 03 Abr. 2020.

ABEPSS. **Plano Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, M. L. da S. **Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte?** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 645–677, 2017.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BABIUK, Alves Graciele; FACHINE, Flavia Granzotto. **Seminário nacional de serviço social trabalho e política social. In: Estágio supervisionado em serviço social: entraves para a formação profissional.**, Santa Catarina. Florianópolis, 2015

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do Ensino Superior Brasileiro- uma busca da origem até a atualidade.** Paraná, 2017.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios dos dias atuais. **Gestão Universitária: os caminhos para a excelência.** Porto Alegre, p,19-42, 2013.

BRASIL Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal, São Paulo, 2019.

BRASIL LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. -Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, LEI N° 9.394/1996.**

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em:22 Maio.2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em:22 Maio. 2021.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Estatuto das Universidades Brasileiras.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm. Acesso em:02 Ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>, Acesso em 12 Ago. 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.** Disponível em:
https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/servidores/estagios/3-LEGISLACAO-DE-ESTAGIO.pdf. Acesso em: 14 Set. 2021.

BRASIL LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. -Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.LEI N° 9.394/1996.**

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília] 2011. Disponível em:
 <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em :05 Maio. 2019., Disponível em: <<https://centros.uepb.edu.br/ccj/files/2021/04/RESOLUCAO-UEPB-CONSEPE-0229-2020-Estabelece-normas-para-a-realizacao-de>>

componentes-curriculares-durante-o-periodo-da-pandemia-da-COVID-19-Revisada-Com-anexo.pdf>Acesso em:14 Out 2021.

FERNANDES, GOMES, Luciane Alves e José Mário Matsumura **in: Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação.** Porto Alegre.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em :<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em :05 Maio 2022

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª.ed.São Paulo. Atlas, 2017.

HERINGER, Rosana. **Políticas para a educação superior pública nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro. 2021. Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/person/rosana-heringer?dimensão1=webdossie-bolsonaro>. Acesso em 25 Nov. 2021.

Lei nº10.419. 09 de abril de 2002. **Criação da Universidade Federal de Campina Grande, por desmembramento da Universidade Federal da Paraíba.** Disponível em: <<https://portal.ufcg.edu.br/documentos/category/2-projeto-criacao-ufcg.html>> Acesso em 12 Abr. 2019.

MEC, PNAES, **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Brasília, 2010
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em:13 Maio 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete UNE (União Nacional dos Estudantes). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/une-uniao-nacional-dos-estudantes/>>. Acesso em 03 Ago 2022.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; MARTILIS, Luiz Fernando Souza; MENDES, Virzângela Paula Sandy. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia in: **Universidade e Sociedade Pandemia do Covid-19: Trabalho e saúde docente.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XXXI Nº 67, Brasília. 2021. Disponível em https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em 13 Fev. 2022.

NETO, Artur Bispo dos Santos; ARAÚJO, Lorraine Marie Farias de. Ensino a Distância (EaD) e destruição da Universidade Pública in: **Universidade e Sociedade Pandemia do Covid-19: Trabalho e saúde docente.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -) Ano XXXI Nº 67, Brasília. 2021. Disponível em:https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em 30 Nov. 2021.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Revista Temporalis; **Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Referente ao Estágio Supervisionado no Período de Isolamento Social para o Combate ao Novo Coronavírus (COVID-19)**. Brasília (DF), ano 20, nº39. p.175-278. 2020.

SANTOS, C. C. B; ABRANTES, P. P. M. de. ZONTA, R. **III Simpósio internacional sobre estado, sociedade e políticas públicas, In; Retrocessos da assistência estudantil: os efeitos das limitações orçamentárias sobre as políticas de permanência da UnB, Piauí, 2020.**

SANTOS, Eduardo. et al. **Serviço social em perspectiva in; A assistência estudantil e a Covid 19- contexto das universidades federais paulista**. Montes Claros (MG) volume 5, número 2, 2021.

SOUZA NETO, H. L. de. **A assistência no processo de contrarreforma do ensino superior e sua particularidade na Universidade Federal de Campina Grande. 2018.** 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018. [Artigo].

UFCG, PRAC. **Assuntos/coordenação de apoio estudantil/CAE. Setor de serviço social**, 2018. Disponível em:

<<https://www.prac.ufcg.edu.br/coordenacao-de-apoio-estudantil-cae/setor-de-servico-social>> Acesso em:13 Maio 2019

UFCG, Universidade Federal de Campina Grande, **Proposta de criação da UFCG, in: minuta de projeto de lei. [Campina Grande],1996.** Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos_criacao_ufcg/ufcg_proposta_criacao>. Acesso em: 14 Jun. 2019.

UFCG. Comprov. Comissão Permanente de Vestibular (site oficial) disponível em <<http://www.comprov.ufcg.edu.br/files/Vestibulares/2014/2014>>. Acesso:14 Maio 2019.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande, **in: conheça a UFCG**, 2018. Disponível em <https://portal.ufcg.edu.br/https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html> Acesso em:12 Abr.2019.

UEPB. **Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB**. Dos estágios supervisionados. 2015. Disponível em: <https://uepb.edu.br/prograd/ensino/regimento-dos-cursos-de-graduacao-da-uepb/#1634215812204-2a5af023-6cf5>. Acesso em:15 Jul. 2022.

Universidade Estadual da Paraíba. **Proposta de diretrizes gerais para a Oferta de Estágio Obrigatório em Serviço Social no Contexto da Pandemia do Covid-19**. Campina Grande-PB, 2021.

Universidade Estadual da Paraíba. **Resolução nº0229/2020, de 26 de junho de 2020. Estabelece normas para a realização de componentes curriculares não presenciais durante a pandemia do Covid-19.**

ZAGO Nadir. In: **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de educação v.11 n.32. 2006.

AGRADECIMENTOS

A todos os Professores do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba Campus Campina Grande por seu empenho.

À professora Alcione Ferreira da Silva pela paciência, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação e compreensão ao longo da escrita.

À supervisora de Campo Irene Tomaz, pela dedicação e carinho que nos foi dado, as assistentes sociais Maria Verônica e Mariana da PRAC- UFCG muito obrigada por todo conhecimento compartilhado.

Ao meu pai Everaldo, a minha mãe Ana, por sempre me incentivarem e apoio no curso, e por também se revezarem no cuidado da minha filha, a meu esposo Ronaldo, pela paciência, compreensão e ausência em muitos momentos, a minha filha Kaline, pela compreensão em ficar em lugares diferentes, pela amizade e amor compartilhado, as minhas irmãs Edjane e Érica, pelo incentivo e encorajamento em momentos que achava que não ia conseguir, meus sobrinhos Davi Fernando e Samuel, a minha amiga Célia, que me doou livros para a graduação, minhas tias e tios, meus primos e primas, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

A meu sogro Iremar Antônio (*in memoriam*), por ter cuidado da minha filha para que eu pudesse estudar a noite, a minha cunhada Célia por depois da morte do meu sogro se disponibilizado a cuidar da minha filha até meu esposo chegar do trabalho.

Aos professores do Curso de Serviço Social da UEPB, em especial, Alcione Ferreira, Lucia Maria Patriota, Noalda Ramalho, Francisco de Assis, Janduí Evangelista, Juliana, Monica Barros, Moema Amélia, Aliceane Almeida, Barbara Figueredo, Thaísa Simplício, Jordeana Davi, Thereza Karlla, Jussara Carneiro, e José Benjamim, que contribuíram ao longo desses 6 anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB e da coordenação de serviço social pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

As minhas amigas Isabelle, Juliana, por todas as risadas e momentos compartilhados na espera do ônibus, Fernanda por me ajudar a subir as rampas da central de aulas todos os dias durante uns 2 anos até eu ter condições de subir escada, sempre paciente e prestativa. A prefeitura Municipal de Puxinanã pela disponibilidade do ônibus para os alunos universitários.

As minhas amigas do grupo de trabalho; Renata garota linda e dedicada minha parceira nos trabalhos em dupla, Michelle pessoa de um coração enorme uma mãezona para toda turma, Samara garota cativante, estudiosa e muito disciplinada, a vocês minha admiração e carinho por tudo que vivemos na graduação, levo vocês para minha vida, meu grupo de trabalho, amizade da UEPB para a vida.

As minhas amigas e companheiras de estágio: Silmara e Luiza, quantos momentos de aprendizado compartilhados juntas. Amigas do trabalho, Iviana e Célia.

Às amigas Cristiane, Aline Correa, Bruna, Aline Ferreira, Iranir e Ivone pelas conversas e brincadeiras ao final de cada aula, momentos de alegria e lamentações, mas que me deixava leve, tranquila e alegre, pois as risadas rolavam soltas.

Aos colegas de classe da turma 2015.2 noturno, em especial: Cleomar, Daniella, Aparecida, Ana Carla, Laíssa, Camila, Cinthia, Julia, Kelly, Jamilly, Emme, Mariana, Gláucia, Maria Isabel, Valéria e Jardelle, pelos momentos de amizade, apoio, diversão e conhecimento compartilhado.